



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9493

Presidente da Mesa Diretora: José Marcos Martins de Freitas

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Servidores – Câmara Municipal de Montes Claros

Autoria: Executivo Municipal

Data: 14/05/2019

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 58/2019. Estabelece reajuste de vencimentos dos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Montes Claros, integrantes do quadro de cargos de provimento efetivo e comissionado; e dá outras providências. (Referente à Lei nº 5.141, de 22/05/2019).

Controle Interno – Caixa: 23.1

Posição: 28

Número de folhas: 08

Experiência: 16
Categoria: Servidores Executivos
CX: 23.11
Cidade: 28
Nº fls: 06



Nº 36/2019

21.05.2019

Câmara Municipal de Montes Claros

Lei 5.141 22/05/19

PROJETO DE LEI nº 58/2019

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Estabelece Reajuste de Vencimento dos Servidores Públicos do
Município de Montes Claros.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 14/05/2019
- 2 - Comissão Legislação e Justiça e Finanças Orçamento Tomada de Contas
- 3 - *APROVADO EM REUNIÃO DE URGÊNCIA*
- 4 - *Em 21.05.2019.*
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



Município de Montes Claros-MG
PROCURADORIA-GERAL

PROJETO DE LEI Nº 58, DE 13 DE MAIO DE 2019.

**ESTABELECE REAJUSTE DE VENCIMENTO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE
MONTES CLAROS**

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica concedido reajuste de **4,57% (quatro vírgula cinquenta e sete por cento)** aos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Montes Claros, integrantes do quadro de cargos de provimento efetivo e comissionado.

Parágrafo Único. O reajuste previsto neste artigo incidirá sobre o vencimento base do respectivo cargo, a partir da competência de maio do corrente ano.

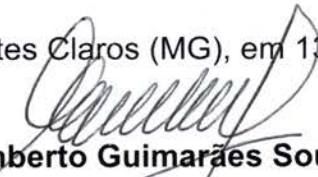
Art. 2º – O reajuste desta Lei não se aplica aos Agentes Políticos, aos servidores que tenham seu vencimento vinculado ao salário mínimo e aos ocupantes dos cargos de Agente Comunitário de Saúde, Agente de Combate às Endemias e Agente Comunitário de Saúde Pública – PSF.

Art. 3º – As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente.

Art. 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 01 de maio de corrente ano.

Montes Claros (MG), em 13 de maio de 2018.


Humberto Guimarães Souto
Prefeito de Montes Claros

22

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 14 DE MAIO DE 2019
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO
E TOMADA DE CONTAS
EM 14 DE MAIO DE 2019
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
RÉGIME DE URGÊNCIA
EM 28 DE MAIO DE 2019
PRESIDENTE

Impacto reajuste de Pessoal – 2019

Folha de Abril	26.349.979,57
(-) Agentes Políticos	272.531,52
(-) Operacionais	3.164.687,93
(-) Agentes Comunitários e Endemias	2.537.142,79
Folha com deduções	20.375.617,33
Reajuste 4,5754%	932.266,00
Folha reajustada	21.307.883,33
maio-dez/13º	7.458.128,00

Folha total Reajustada 27.282.245,57

Informamos ainda que, conforme planilha acima, o reajuste está compatível com os dispostos no Plano Plurianual-PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentaria-LDO e na Lei Orçamentária Anual-LOA; e gerará um acréscimo de gasto com pessoal abaixo dos limites Constitucionais.


Francisco Aparecido Lima Santos
Gerência de Orçamento
Matricula 236-4


Cláudio Rodrigues de Jesus
Secretário de Planejamento e Gestão
Prefeitura Municip. de Ilópolis - MG

09-05-19



Município de Montes Claros-MG
PROCURADORIA-GERAL

Montes Claros (MG), 13 de maio de 2019

Exmo. Sr.

Vereador José Marcos Martins de Freitas

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP-_____/2019

Assunto: encaminhamento de projeto de lei

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **"ESTABELECE REAJUSTE DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS"**.

O presente projeto de lei tem como objetivo possibilitar o reajuste no vencimento base dos servidores públicos do Município de Montes Claros, referente ao exercício de 2019, visando garantir aos servidores públicos municipais a recomposição das perdas inflacionárias, tendo como base o índice apurado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Declaro, ainda, que o aumento da despesa com pessoal está compatível com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Lei Orçamentária Anual – LOA e Plano Plurianual – PPA e gerará um acréscimo de gasto com pessoal abaixo dos limites Constitucionais.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Humberto Guimarães Souto
Prefeito de Montes Claros



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 58/2019 QUE “Estabelece reajuste de vencimento dos servidores públicos do Município de Montes Claros-MG”, de autoria do Prefeito Municipal.

Projeto de Lei Complementar enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O presente projeto versa sobre reajuste aos servidores do Poder Executivo Municipal.

A iniciativa de projetos versando sobre servidores públicos do Poder Executivo é do prefeito municipal, como no caso presente, sendo que não se vislumbra nenhum vício de iniciativa ou ilegalidade em seu objeto.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto de lei em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 15 de maio de 2019.

LUCIANO BARBOSA BRAGA

Assessor Legislativo

OAB/ MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 58 /2019

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Estabelece Reajuste de Vencimento dos Servidores Públicos do Município de Montes Claros.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 14/05/2019, com entrada na Sala das Comissões no dia 14/05/2019.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei, em análise, estabelece reajuste de vencimento dos servidores públicos do Município de Montes Claros.

Trata-se de reajuste na ordem de 4,57% (quatro vírgula cinquenta e sete por cento) no vencimento básico dos servidores públicos do Poder Executivo, integrantes do quadro de cargos de provimento efetivo e comissionado.

Verifica-se que foi juntado impacto financeiro com a declaração de que o reajuste é compatível com as leis orçamentárias.

Desta forma como a matéria versa sobre assunto de interesse local, de iniciativa exclusiva do Executivo Municipal art. 51 da Lei Orgânica Municipal, a presente proposição não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, _____ 17 de maio de 2019.

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Relator: Ver. Wanderley Ferreira de Oliveira:

Suplente/Vice Presidente: Ver. Valcir Soares Silva :



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 58 /2019

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Estabelece Reajuste de Vencimento dos Servidores Públicos do Município de Montes Claros.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 14/05/2019, com entrada na Sala das Comissões no dia 15/05/2019, após foi encaminhada a esta comissão para, nos termos regimentais, manifestar sobre a matéria.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei, em análise, estabelece reajuste de vencimento dos servidores públicos do Município de Montes Claros.

Trata-se de reajuste de 4,57% (quatro vírgula cinquenta e sete por cento) no vencimento básico dos servidores públicos do Poder Executivo, integrantes do quadro de cargos de provimento efetivo e comissionado.

Nos termos da mensagem do Executivo, o projeto de lei tem como objetivo garantir aos servidores públicos municipais a recomposição das perdas inflacionárias, tem como base o índice apurado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Com relação à questão financeira, observa-se que foi juntado impacto orçamentário demonstrando a capacidade do Município em arcar com as despesas propostas, obedecendo as disposições das Leis Orçamentárias.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão é favorável à aprovação da matéria pelo Plenário.

Sala das Comissões, _____ 17 de maio de 2019.

Presidente: Ver. Wilton Afonso Dias Soares _____

Vice-Presidente : Ver. Domingos Edmilson Magalhães _____

Relator: Ver. Aldair Fagundes Brito: _____